



Universidade
Jean Piaget de Angola



II FÓRUM GLOBAL de PSICOLOGIA

DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE E MULTICULTURALIDADE

VIANA | 12 E 13 DE JUNHO DE 2024

LIVRO DE RESUMOS

II Fórum Global de Psicologia:
desafios da interdisciplinaridade e multiculturalidade
LIVRO DE RESUMOS

UniPiaget de Angola
12 e 13 de junho de 2024

Coordination by: Paulo Alves

ISBN: 978-989-972

Editorial Bord:

Anibal Simões, Arnaldina Moisés, Fernandes Manuel,
Paulo Alves, Pedro Chioia.

Graphic Design:

Mónica Gomes, Bartolomeu Ndumbo
Gabinete de Comunicação e Imagem do ISP Jean Piaget
de Benguela.

Editor: Revista Multidisciplinar

Edition: Outubro de 2025

Experts Panel:

Alex Lourenço (Cuba), Anabela Pereira (Portugal),
Bernadette Tesoura (Moçambique), Cândida Alves
(Brasil), Carlinhos Zassala (Angola), Catarina Nunda
(Angola), Cristina Monteiro (Brasil), Félix Neto
(Portugal), Ana Cunha (Brasil), Isabel Romero (Angola),
Karima Oliva Bello (México), Marlene Silva (Portugal),
Sónia Galinha (Portugal).

II FÓRUM GLOBAL DE PSICOLOGIA:
DESAFIOS DA INTERDISCIPLINARIDADE E MULTICULTURALIDADE
Universidade Jean Piaget de Angola
12 e 13 de junho de 2024

Paulo Alves

A Psicologia, enquanto ciência tradutora do comportamento, e os Psicólogos, enquanto profissionais vinculados ao conhecimento desta ciência e à intervenção psicológica, têm investido e, por isso, progredido na compreensão das dimensões e oscilações que se encontram na natureza e funcionamento mental do Ser Humano.

Porque a psicologia está em todos os domínios associados à realização humana; porque tem melhorado a formação de base e a complementar, mais específica; porque se investiga e utilizam metodologias de base científica, com instrumentos psicométricos; porque se intervém e regulam as perturbações; porque os psicólogos se ajustaram à dimensão multidisciplinar e transversal do conhecimento e da prática, participando em equipas multiprofissionais; porque as Ordens ou as Associações dos Psicólogos apoiam o exercício profissional... temos mais psicologia e melhores psicólogos.

Respeitando-se as diferenças e os diferentes ritmos em cada país, para que o desenvolvimento desta ciência e profissão se robusteçam entre nós, importa cuidar de um maior alinhamento na formação universitária; sincronizarem-se as condições para o exercício da profissão; investir-se na intervenção-investigação-publicação transcultural; promover-se a mobilidade e normalizar-se o reconhecimento das competências profissionais.

O **II Fórum Global de Psicologia: desafios da interdisciplinaridade e multiculturalidade**, que se realizou na Universidade Jean Piaget de Angola, a 12 e 13 de junho de 2024, integrando a participação de 7 países (Angola, Argentina, Brasil, Cuba, México, Moçambique e Portugal), promoveu a apresentação das diferentes realidades nacionais no domínio da ciência psicologia e do exercício profissional dos psicólogos; proporcionou o debate sobre os diversos modelos teóricos que estruturam a ciência psicologia; partilharam-se boas práticas no domínio da avaliação e intervenção psicológica; discutiram-se as condições do exercício profissional dos psicólogos; concorreu-se para a construção da ciência psicologia e para a melhoria das práticas profissionais dos psicólogos em Angola. Neste Livro da Atas fica o registo os Resumos de algumas das comunicações apresentadas no II Fórum Global de Psicologia.

SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA EM MÃES E INFLUÊNCIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Lorena Silva, Alexia Toledo, Karolina Albuquerque & Márcia Baldisserotto
E-mail: lorenas.spaiva@gmail.com

Introdução: O desenvolvimento infantil constitui-se por processos interacionais entre a criança, as pessoas, o ambiente e os contextos ecológicos. Diversos fatores podem influenciar o desenvolvimento das crianças, incluindo a saúde mental materna. São, por isso, de reconhecido valor os estudos sobre o estado emocional e mental das mães e o desenvolvimento dos filhos, também para que se possa propor estratégias interdisciplinares de intervenção.

Objetivos: Confirmar as correlações entre sintomas depressivos em mães e o desenvolvimento dos filhos aos 6 meses.

Materiais e Método: Foram recolhidos dados de 185 mães e seus filhos a partir do banco de dados de pesquisas do Laboratório de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Desenvolvimento e Saúde (LEPIDS), da Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A maioria das mães eram casadas (82,7%) e pertenciam às classes sociais C1-C2 (54,1%); enquanto 48,7% dos bebés eram brancos e mais da metade (58,9%) era menina. Utilizou-se a Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21) e o desempenho dos bebés na versão brasileira do teste de triagem do Inventário Battelle Developmental Inventory (BDIS-BR).

Resultados: Observou-se uma correlação inversa e significativa entre sintomatologia depressiva materna e desempenho infantil adaptativo ($\rho = -0.141$; $p\text{-valor} = 0.055$). Diferentemente, nem o QD geral ($\rho = 0.033$ e $p\text{-valor} = 0.65$) e nem dos demais domínios se relacionaram significativamente com sintomatologia depressiva materna: a) Pessoal/Social ($\rho = 0.022$ e $p\text{-valor} = 0.76$); b) Motora ($\rho = 0.045$ e $p\text{-valor} = 0.541$); e c) Comunicação ($\rho = 0.055$ e $p\text{-valor} = 0.455$). Embora o domínio Cognitivo tenha se relacionado significativamente à depressão ($p\text{-valor} = 0.4$), a mesma foi muito fraca ($\rho = 0.062$). Apenas a correlação entre Domínio Adaptativo e sintomatologia depressiva materna, apesar de fraca, foi negativa ($\rho = -0.141$), mas significativa ($p\text{-valor} = 0.055$). Isto quer dizer que quanto maior a frequência de sintomas depressivos maternos, menor o desempenho do bebê no desenvolvimento adaptativo. Este achado pode ser explicado porque este domínio exige interação com a mãe e os contextos ecológicos, sobretudo a família, quando mães deprimidas são menos responsivas.

Conclusões: Conclui-se que, tal como a literatura científica afirma, a depressão materna pode influenciar o desenvolvimento infantil, com desfechos para a funcionalidade da criança em atividades de vida diária, como por exemplo em habilidades de autocuidado e na autorresponsabilidade. Todavia, não se pode afirmar que a depressão materna seja a única influência sobre o desenvolvimento adaptativo, já que a criança está imersa em diversas estruturas interdisciplinares, que são

responsáveis por promover ou inibir a interação dela com seu ambiente.

Palavras-chave: Depressão, Parentalidade, Crianças.

Referências:

Albuquerque, K. A., Cunha, A. C. B., & Berkovits, M. D. (2022). Cross-cultural adaptation of the Battelle Developmental Inventory, 2nd Edition for Brazil. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 39, e190170.

<https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e190170>

Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Sameroff, A. (2010). A unified theory of development: A dialectic integration of nature and nurture. *Child Development*, 81(1), 6–22.

<https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2009.01378>

DEPRESSÃO EM FAMÍLIAS DE CRIANÇAS PEQUENAS NOS PERÍODOS PRÉ E PANDêmICO

Daniela Alvarez, Karolina Albuquerque, Marcia Baldissarotto, Alice Sole & Gilda Lima
E-mail: danilore.695@gmail.com

Introdução: A pandemia de covid-19 foi um período com alterações de grande impacto social, económico e político, que afetou diretamente a saúde mental dos indivíduos. Os pais de crianças pequenas formaram um público vulnerável em termos de saúde mental durante esse período atípico, com maiores indicadores de transtornos mentais pela pandemia do que a população geral antes da pandemia (Brito, et. al., 2022).

Objectivo: Analisar comparativamente indicadores de sintomatologia depressiva em adultos pais/cuidadores de crianças pequenas, moradores da região sudeste do Brasil, durante a pandemia com os índices de depressão da

www.forumglobalpsicologia.ipiagetbenguela.org

população geral adulta brasileira, no período pré-pandêmico.

Materiais e Método: A pesquisa foi realizada durante a pandemia, por meio de coleta online com 142 pais de crianças de 3 a 5 anos e meio, moradores da região Sudeste do Brasil. Usou-se um questionário sócio-demográfico juntamente com a Escala DASS-21 Depression, Anxiety, Stress Scale. Análise descritiva comparativa foi realizada entre o escore médio de depressão e dados indicativos da prevalência de depressão na população geral do Sudeste, baseada em dados do ano de 2019, ano pré pandêmico.

Resultados: Verificou-se que 45% dos participantes apresentaram algum grau de sintoma de depressão (leve, moderada, severa e extremamente severa), o que foi bem maior do que a prevalência estimada no ano de 2019 em que os índices de depressão autorreferida na população ≥ 18 anos do sudeste indicavam uma prevalência de 11,5% de depressão. Os índices de depressão em pais de crianças pequenas durante a pandemia da covid-19 apresentaram-se significativamente maiores.

Conclusões: Confirma-se que a pandemia teve impactos importantes sobre a saúde mental da população do Brasil e do mundo, tal como afirmado pela OMS (2022) e outras organizações (OPAS, 2022).

Palavras-Chave: Depressão; Parentalidade; Covid-19.

Referências:

Brito, V. C. A., Bello-Corassa, R., Stopa, S. R., Sardinha, L. M. V., Dahl, C. M., & Viana, M. C. (2022). Prevalência de depressão autorreferida no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 e 2013. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 31(spe1), e2021384.

<https://doi.org/10.1590/SS2237-9622202200006>

Mattiello, R., Ospina Ayala, C., Pedron, F. F., Ferreira, I. C. S., Lessa Gaudie Ley, L., Medeiros Paungartner, L., ... & Santos, I. S. (2022). Prevalence of self-reported lifetime

medical diagnosis of depression in Brazil: Analysis of data from the 2019 Brazilian National Health Survey. *BMJ Open*, 12(12), e063902.

<https://doi.org/10.1136/bmjopen-2022-063902>

Ramos, L. R., Jesus, J., Fontanella, A. T., Dal Pizzol, T. S., Bertoldi, A. D., & Mengue, S. S. (2020). Nationwide use of psychotropic drugs for treatment of self-reported depression in the Brazilian urban adult population. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, e200059. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200059>

SINTOMAS DEPRESSIVOS EM ANGOLANOS COM HIV EM PERÍODO PRÉ-PANDÊMICO

Cirilo Mendes & João Domingos
E-mail: mendesciro@gmail.com

Introdução: As investigações científicas têm confirmado uma relação entre a infecção por HIV, neuroinflamação e comorbidades neurológicas e psiquiátricas. A doença mental pode ser consequência direta da neuropatia da infecção, complicando o curso da doença e a adesão ao tratamento (Nedelcovych et al., 2017). Entre as várias alterações psiquiátricas, frequentemente identificadas, a depressão é a mais predominante em PVHIV (Coutinho et al., 2018). As repercuções psíquicas da infecção pelo HIV, como uma enfermidade crônica, colocam a PVHIV à sensação de iminência da morte. Esse temor inicial gerado após o diagnóstico, amplia os sintomas de sofrimento psíquico como, ansiedade, depressão, insônia, abuso de álcool e/ou outras drogas, e em muitos casos, revolta que leva a intensificação do comportamento de risco, expondo outras pessoas ao HIV (Oliveira et al., 2018).

Objetivos: avaliar os níveis de depressão e sintomas depressivos em angolanos com HIV.

Materiais e Métodos: Estudo de natureza exploratória e descritivo, realizaram-se www.forumglobalpsicologia.ipiagetbenguela.org

entrevistas semiestruturadas, com aplicação do Inventário de Depressão de Beck (BDI) a 40 pessoas, que foram posteriormente reagrupados de forma aleatória em dois grupos de 20 elementos (G1 e G2).

Resultados: Confirma-se a depressão leve a moderada como a de maior prevalência para ambos os sexos e associada ao estado civil. No G1, a maioria com níveis elevados de tristeza e infelicidade, confirmam a dificuldade em suportar a angústia. No G2, destacam-se a ideação e os sentimentos suicidas, níveis elevados de desânimo, sentimento de fracasso e dificuldades na tomada de decisão.

Conclusões: A sintomatologia depressiva aparece com relevância nos participantes deste estudo. Os resultados poderão despoletar novas investigações e apoiar a intervenção da assistência a partir das manifestações identificadas, com redução de tempo, custos e maior direcionamento dos cuidados.

Palavras-chave: Depressão; HIV; Angola

Referências:

- Bakhshi, F., Nezamdust, F., & Kazemnejad Leili, E. (2021). The relationship between social capital and mental health in individuals living with HIV in North of Iran. *HIV & AIDS Review*, 20(1), 33–38. <https://doi.org/10.5114/hivar.2021.105110>
- Coutinho, M. F. C., O'Dwyer, G., & Frossard, V. (2018). Tratamento antirretroviral: adesão e a influência da depressão em usuários com HIV/Aids atendidos na atenção primária. *Saúde Debate*, 42(116), 148–161. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811612>
- Perazzo, J. D., Currie, J., Horvat Davey, C. H., Lambert, J., & Webel, A. R. (2019). Depression and social capital in people living with HIV. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, 27(1), 54–61. <https://doi.org/10.1111/jpm.12552>

A INTERVENÇÃO PSICOTERAPÊUTICA EM PACIENTES DIAGNOSTICADOS COM ESQUIZOFRENIA NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE LUANDA

Florinda Quilembequeta
E-mail: florindaquilembequeta@gmail.com

Introdução: A esquizofrenia é um transtorno mental grave que afeta a percepção, o pensamento e o comportamento. O tratamento da esquizofrenia envolve a medicação e a psicoterapia. A psicoterapia pode ajudar os pacientes a lidar com os sintomas da doença, melhorar as suas habilidades sociais e desenvolver uma vida mais plena. **Objectivo:** Identificar e analisar os modelos de intervenção psicoterapêutica em pacientes diagnosticados com esquizofrenia no Hospital Psiquiátrico de Luanda.

Metodologia: Estudo de natureza qualitativa e quantitativa, com recurso a um Questionário semi-estruturado e uma amostra de psicoterapeutas, que se encontra na faixa etária dos 36 aos 41 anos, sendo 56% do género masculino, sendo que apenas 11% dos seus pacientes pertence ao género feminino.

Resultados: Os critérios do DSM-TR-V são usados por 67% dos profissionais e todos recorrem ao uso da Terapia Cognitivo Comportamental (100%); a Psicoeducação também é uma técnica utilizada entre os profissionais (56%). Todos os terapeutas (100%) defendem o tratamento psicoterapêutico pelos benefícios que proporciona e contributos para a diminuição do isolamento. **Conclusão:** Os resultados valorizam a abordagem centrada no paciente, que respeite a autonomia e a dignidade do paciente. Isso inclui envolver o paciente no processo de tomada de decisões sobre seu tratamento. Defende-se a utilização de diferentes opções de terapia, incluindo terapia individual, terapia familiar e terapia de grupo.

Palavras-Chave: Esquizofrenia, Intervenção psicoterapêutica, Psiquiatria.

Referências:

- Barlow, D. & Durand, M. (2015). Psicopatologia: uma abordagem integrada. 7^a Ed. São Paulo:
Birchwood, M., & Spencer, E. (2005). Psicoterapias para a esquizofrenia: uma revisão. In M. Maj & N. Sartorius (Org.), Esquizofrenia (pp. 133-203). Porto Alegre: Artmed.
Calligaris, C. (1989). Introdução a uma clínica diferencial das psicoses. Porto Alegre: Artes Médicas.
Cordioli, A. & Grevet, E. (S/d). Psicoterapias: Abordagens atuais. 4^a Ed. Artmed.
Cengape Leraning Beck, A. Et. Al. (2010). Terapia Cognitiva da esquizofrenia. Porto Alegre: Artmed.

O CONHECIMENTO DOS ESTUDANTES SOBRE A AGRESSÃO SEXUAL - RESULTADOS PRELIMINARES

Jacqueline Lopes & Paulo Alves
E-mail: jacquelinevieiralopescunha@gmail.com

Introdução: Agressão sexual (AS) é um problema de saúde pública com magnitude global e transversal a todas as culturas e níveis sociais, estabelecendo-se como uma problemática com repercussões não só individuais, mas também familiares, sociais e políticas, que acompanha a história humana durante séculos.

Objectivo: avaliar o conhecimento dos estudantes sobre a agressão sexual no Instituto Técnico de Serviços e Administração BG 1015/Comandante Kassanje.

Metodologia: Optou-se por um estudo exploratório e descritivo de natureza transversal, com uma abordagem quantitativa e qualitativa, a população alvo foi de 724 estudantes do Instituto BG nº1015 matriculados na 10 classe no ano letivo 2022/2023. A amostra é probabilística estratificada, tendo sido

avaliados 253 estudantes do sexo masculino e feminino, com idades de 15 e 16 anos, do turno da manhã e tarde, nos cursos ministrados na instituição. Foi administrado um questionário do conhecimento sobre a agressão sexual, construído para o efeito e composto de perguntas abertas e fechadas, organizadas em quatro dimensões: natureza das agressões sexuais, dimensão espacial, social, temporal e económica.

Resultados: Os estudantes que participaram no estudo 96% têm 15 anos e 4% 16 anos, o género masculino com 52%, o turno da manhã com 52% estudantes, sendo 24% do curso de Técnico de Finanças, 24% em Gestão Empresarial, 21% em Gestão de Recursos Humanos 16% em Administração Local e Autarquias, 15% em Contabilidade e Gestão. A religião católica foi a mais representada com 47% dos inquiridos. Os estudantes, 89% afirmaram ter conhecimento sobre agressão sexual e física, 23% ouviu falar sobre agressão sexual pelas redes sociais, 21% através da família, 18% pela televisão e 10% pela escola. Quando questionados sobre a faixa etária dos mais agredida 71,1% diz que, são as meninas e 7,1% os rapazes; a faixa etária dos 11 aos 14 anos, com 40,3% foi considerada a mais vulnerável, seguida dos 6 aos 10 anos com 24,5%; 69% responderam que consideram o facto de ser apalpado na roupa sem permissão uma forma de agressão sexual, 60% têm conhecimento sobre o ato de apalpar alguém na roupa sem permissão como forma de agressão sexual; quanto as doenças sexualmente transmissíveis relacionadas à agressão sexual, 92% afirmam ter conhecimento sobre a HIV/SIDA, 79% Gonorreia, 74% Sífilis e 62% a Hepatite, 31% desconhece sobre a transmissão destas doenças no ato da agressão sexual; 98% afirma ter conhecimento que, a partilha de imagens pornográficas é uma forma de agressão sexual. Quanto a dimensão espacial, os estudantes do sexo masculino mencionam a casa com 52%, a rua 32%, viagens 67%, praia 55% e a escola 59%. Já as estudantes do sexo

www.forumglobalpsicologia.ipiagetbenguela.org

feminino citaram principalmente a rua com 64%, festas 43%, outros lugares 43%, obras 46% e a escola 41%. Quanto ao espaço das redes sociais 51,7% do género masculino e 48,2% feminino, afirmam ter conhecimento; por outro lado 51,7% do sexo masculino e 48,2% feminino afirmam ter conhecimento sobre as agressões sexuais praticadas por mensagens de texto. Relativamente ao contexto social, os agressores mencionados foram 19% os padrastos e 17% os pais. Quanto as profissões dos agressores, 27% afirmaram ser outras profissões, 19,2% os professores, 19% os motos - taxistas, 18% os treinadores, 13% os taxistas. Dos locais de denúncia, 36% afirmam a esquadra de polícia mais próxima como local apropriado. Relativamente a dimensão_temporal o sexo masculino com 52% cita o período da noite em que ocorrem agressões, enquanto o sexo feminino com 48% afirma ser o período da tarde. Com 52% das respostas o sexo masculino, cita a exposição das crianças nos transportes de motorizados e 48% o sexo feminino; as agressões sexuais ocorrem com frequência, sendo que a opção mais citada foi de 5 vezes. Relativamente ao contexto económico, a classe económica das vítimas com 27,7% afirmam que são de classe social baixa, 20,6% média, 17% a opção todas as classes económicas; 60% dos estudantes do sexo masculino, e 35,8% do sexo feminino confirmaram que as crianças mais vulneráveis são as que mendigam. Quanto aos métodos de aliciamento, mencionam 45% o uso de dinheiro como forma de atrair as vítimas, seguido pela oferta de telefones móveis 24%, 13% com guloseimas e 13% outras formas de aliciamento. Quanto à vulnerabilidade das crianças ao aliciamento, 62,3% do sexo feminino e 37,4% masculino afirmaram que as crianças mais vulneráveis são as mais pobres.

Conclusão: Os resultados permitem afirmar que os estudantes têm conhecimento global sobre a agressão sexual, havendo diferenças em relação ao género no que diz respeito à

natureza e aos contextos em que estas agressões ocorrem. Estes resultados permitirão desenhar planos preventivos e educativos no âmbito da agressão sexual contra menores.

Palavras-chave: Agressão sexual; Estudantes; Angola.

Referências:

Ana Paula Jesus da Silva, B. R. (Fevereiro de 2022). Agressores sexuais em cárcere: uma relação entre impulsividade e personalidade. *Brazilian Journal of Health Review*, 5(1), pp. 3895-3907. doi:0.34119/bjhrv5n1-333

Panzo, A. (2020). Agressores Sexuais de Menores - Contextos e Perfil. Luanda: Kilunji Editora.

Sanfelice, M. M. (2010). A Percepção do Abusador Sexual sobre a (Sua) Sexualidade. *Revista Interamericana de Psicologia*, p. 139.

TRANSTORNOS MENTAIS NO CONTEXTO DA ACTIVIDADE POLICIAL: CAUSAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

Jerson João Quiala
E-mail: milval@outlook.pt

Introdução: Os transtornos mentais são alterações no funcionamento da mente e do comportamento, que prejudicam o desempenho profissional de um indivíduo em diversos estratos da vida. No contexto policial os casos de transtornos mentais têm aumentando de maneira assustadora, tornando-se um dos principais motivos dos vários suicídios que ocorrem entre os profissionais da Polícia Nacional de Angola.

Objectivos: O presente estudo tem como objectivo analisar os transtornos mentais diagnosticados nos profissionais de polícia, destacando suas causas e algumas medidas de prevenção.

Materiais e Método: Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza mista. Foi realizado através da revisão bibliográfica, entrevistas e

Inventário de Sintomas de Stress para Adultos. Participaram do estudo 520 policiais atendidos NO do Centro de Psicologia Aplicada do Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais. A recolha de dados foi feita no período de Setembro de 2023 à Fevereiro de 2024.

Resultados: 60% dos transtornos registados são de natureza depressiva e 15% psicóticos; 5% são transtornos associados ao stress agudo e pós-traumático, com igual percentagem de transtornos de ansiedade e de personalidade. Os transtornos mentais no contexto da actividade policial aparecem também associados ao uso de substâncias psicoactivas, tais como álcool, drogas e outras substâncias.

Conclusões: Este estudo rastreia a prevalência dos transtornos mentais mais frequentes no contexto policial, abrindo a possibilidade de estarem relacionados com a ideação e tentativas de suicídio. Propõem-se um conjunto de reflexões e intervenções para promover o bem-estar psico-emocional neste grupo profissional.

Palavras-chave: Transtornos mentais; Polícia; Psicodiagnóstico.

Referências:

American Psychiatric Association (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (5^a ed., tradução Nascimento et al. Porto Alegre: Artmed.

Bock, A. B. (2013). Psicologia e compromisso Social. São Paulo: Editora: Cortez.

Campos, R. & Guareschi, P. (2011).

Paradigmas em Psicologia Social. Editora: Vozes, Petrópolis.

Canguilhem, G. O. (2010). Normal e o patológico. 6^a Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Cheniaux, E. (2005). Manual de Psicopatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

AS CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES SOBRE O USO DAS TIC NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Isaac João Francisco
E-mail: isaacjoaofrancisco@gmail.com

Introdução: O uso das TIC no processo de ensino-aprendizagem, como meios activos ao serviço dos professores, permitem uma pedagogia diferenciada, possibilitando ao estudante o acesso a fontes de informação diversa, hábitos de pesquisa e o desenvolvimento de trabalho autónomo e colaborativo, aprofundando as competências do saber-fazer e do saber ser de acordo com uma perspectiva construtivista (Filho et al, 2020). Elas desempenham um papel importantíssimo transformando principalmente o espaço onde às escolas estão inseridas trazendo muito mais espaço de representação para o estudante (Mason et al, 2021). O reconhecimento dos professores sobre as TICs no ambiente escolar confirma que quando usadas adequadamente com fins educativos são essenciais para a produção do conhecimento, proporcionando a mediação entre educador, educando e saberes escolares (Ferreira et al, 2016). A mediação na (EaD) ensino à distância, estimulada por suportes tecnológicos, favorece o exercício cognitivo do aluno visando a aquisição de novos conhecimentos com a orientação da colaboração de outros professores ou pares que tenham mais domínio sobre os conteúdos (Barbosa, 2012). Os ambientes digitais oferecem actualidades nos espaços e tempos de interacção com a informação e comunicação entre os mestres e aprendizes (Santos & Vasconcelos, 2020). Os métodos, por sua vez, devem ser seleccionados preferencialmente entre aqueles que possibilitem aprender fazendo. (Gil, 2008).

Objectivos: Analisar a percepção dos professores sobre o uso das TIC no processo de ensino-aprendizagem.

Materiais e métodos: optou-se por um estudo exploratório descritivo e revisão bibliográfica, com recurso a dados quantitativos. O público alvo foram os professores do Magistério “Jerónimo Neto” nº 48 de Malanje. Tendo sido avaliados 45 professores de ambos os sexos, com as idades de 25 a 50 anos. A avaliação foi concretizada através de um questionário construído sobre o uso das TIC no processo de ensino-aprendizagem.

Resultados: Dos 45 professores inquiridos, 40=18% reconheceram a importância que as TIC têm no processo de ensino-aprendizagem. Quando questionados se usam algum meio tecnológico nas aulas, 25=11,25%, dos professores afirmaram que um ou outro usa, mas nem sempre. Quando questionados sobre se à escola dispõe de meios tecnológicos, 27=12,15% dos professores, afirmaram que não.

Conclusão: Para os professores as TICs são importantes, mas a falta desses meios na escola tem dificultado as atividades dos professores quanto os alunos na construção de saberes, bem como na interacção e na divulgação dos mesmos. A implementação das TICs no processo de ensino-aprendizagem é de capital importância quando se pretende um ensino inovador, inclusivo e com base na investigação.

Palavras-Chave: Tecnologias; Professores; Aprendizagem.

Referências:

- Barbosa, C. M.A.M. (2012). A aprendizagem mediada por TIC: interação e cognição em perspectiva. Associação Brasileira de Educação a Distância – RBAAD. V. 11.
- Ferreira, E. R. G., Bendrath, E. A., & Basei, A. P. (2016). As TICs na Escola a partir da Visão de Professores de Educação Física de um Município Paranaense. Educacaonline – UFRJ, Jan/Abril, v. 10, n. 1
- Filho, J.M.C., Aleage, T.R., & Sacomboio, F.J.F.C.F (2020). Tecnologia de Comunicação e

Informação no Ensino Superior em Angola: alternativas durante a pandemia. Revista Angolana de Extensão Universitária. Vol. 2, nº3 pp.94 -104

Mason, A.P.U, Santos, M. dos., Spanhol, F., Bichet, K., & Giuriatt, T. (2021). As Novas Tecnologias da Informação e Comunicação Associadas às Metodologias Ativas no Atual Cenário Educacional.

Santos, L.C.C.dos., & Vasconcelos, C.A. (2020). A importância das Tecnologias da Informação e Comunicação no Aperfeiçoamento do Professor e Resistências. Anais Educon, Set, v.14, n.8

<http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.08.26>

A (IN)DECISÃO VOCACIONAL - FACTORES PESSOAIS, SOCIAIS E CONTEXTUAIS DOS ESTUDANTES

Teotónio Nicolau, Paulo Alves & Arnaldo António
E-mail:

teotonionicolaugumbe.academic@gmail.com

Introdução: A indecisão vocacional é a dificuldade experimentada por um indivíduo face a decisão da sua carreira, manifestada por sentimentos como medo, ansiedade e ambivalência (Teixeira & Magalhães, 2001). A capacidade financeira dos pais, as aptidões mentais, a educação, as características pessoais e as oportunidades que se oferecem ao indivíduo constituem factores importantes para a decisão vocacional (Guichard & Huteau, 2002). Entre os vários factores, destaca-se a importância dos factores pessoais - ou dimensão pessoal (Ferreira, 2020).

Objectivos: Identificar os níveis de (in)decisão vocacional dos estudantes e os factores que para ela concorrem. Materiais e Método: utilizaram-se os métodos exploratório, descritivo e correlacional (Freixo, 2018) com abordagem quantitativa (Vianna, 2013), com recurso ao QFiDV - Questionário dos Factores de (In)Decisão Vocacional - aplicado a 912

estudantes da 9ª classe do município de Benguela de 7 escolas públicas e privadas escolhidas aleatoriamente.

Resultados: O nível médio de (in)decisão vocacional dos estudantes de Benguela é 2,85. Apenas 20,1% dos estudantes apresentavam dificuldades de decisão vocacional, sendo que 11% apresentam os maiores níveis de indecisão vocacional e a maioria apresenta níveis médios de (in)decisão vocacional. Os estudantes que se consideram pessoas com bastante conhecimento, livres nas escolhas que fazem e felizes com a vida têm menores níveis de indecisão vocacional ($M=2,65$) do que aqueles que não se consideram ($M=3,19$), apresentando diferenças estatisticamente significativas de acordo com o teste de Kruskal-Wallis; A indecisão vocacional está negativa, fraca e significativamente correlacionada aos factores pessoais ($\rho = -0,339^{**}$) e os factores sociais estão positiva, fraca e significativamente correlacionados aos factores pessoais ($\rho = 0,112^{**}$).

Conclusão: A 9ª classe é uma fase em que os estudantes precisam de tomar decisões importantes, como a escolha da carreira. Apesar do nível médio de indecisão vocacional poder ser considerado como não preocupante, o facto de uma minoria dos alunos estarem decididos vocacionalmente é um aspecto que deve merecer a atenção de todos os profissionais nas escolas. A liberdade nas escolhas, o desempenho académico e a satisfação com a vida são aspectos relevantes para a (in)decisão vocacional, podendo contribuir positiva ou negativamente dependendo da forma como o sujeito os avalia. Os factores pessoais estão correlacionados a (in)decisão vocacional dos estudantes.

Palavras-chave: Decisão; Vocação; Estudantes.

Referências:

- Ferreira, D. G. (2020) Factores de decisão na escolha de cursos universitários. In Alves, P. (coord.). Psicologia's: saber e intervir. (cap. 4, pp. 79-93). Lisboa: Edições Piaget.

- Freixo, M. (2018). Metodologia científica. Lisboa: Edições Piaget.
- Guichard, J.; Huteau, M. (2002). Psicologia da Orientação. Lisboa: Edições Piaget.
- Teixeira, M. A. P., & Magalhães, M. de O. (2001). Escala de indecisão vocacional: Construção de um instrumento para pesquisa. *Aletheia*, 13, 21–26.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO

Almirante Baptista & Aníbal Simões
E-mail: almirantebaptista31@gmail.com

Introdução: O processo de formação inicial dos professores do Ensino Primário é uma etapa onde se adquirem competências para o exercício da função de professor (Mello, 2000; Bellochio, 2014). Trata-se de uma acção com um pendor legal, pois é com ela que o professor adquiri qualificação e habilidades para lecionar no Subsistema de Ensino Primário como consta no Diário da República (2020, p. 5195) «*Considerada legalmente necessária para obter qualificação e habilitação para o exercício da profissão de professor, normalmente, considerada a primeira fase de um processo contínuo de formação docente de que as seguintes são a indução e o desenvolvimento profissional contínuo*».

Objectivo: Assinalar as acções de capacitação teórica e metodológica dos professores adquiridas durante a formação inicial para o aperfeiçoamento do ensino da disciplina de Educação Física nas escolas primárias do município de Viana.

Material e Método: Foi realizado um estudo descritivo transversal de campo com recurso à abordagem quantitativo, com 269 professores de ambos sexos, sendo, 77 do sexo masculino e 192 do sexo feminino.

Resultados: Os dados obtidos no estudo foram: a correlação entre o grau académico e a didáctica de ensino da Educação Física foi (ρ

$(269) = 0,035$; $p\text{-value} = 0,572$), a compreensão da didáctica no processo docente educativo entre o sexo dos 269 professores foi de (2.3180 ± 0.80579) com o valor minino de 1.00 e máximo de 4.00, com uma mediana de percentis de 2.0000. A média pelo género foi de (1.71 ± 0.453) o valor minino de 1 e máximo de 2, com uma mediana de percentis igual a 2.00. A classificação da média para o género masculino foi de 142.08 com soma das classificações igual a 10940.50 e a classificação da média para o género feminino foi de 132.16, com soma das classificações igual a 25374.50, sendo, o teste de (Mann-Whitney $U = 6846,500$; $Z = -0,948$; $p\text{-value} = 0,343$), com médias de ordenações da compreensão da didáctica no processo docente educativo na disciplina de Educação Física semelhantes (sendo, 142.08 para masculino e 132.16 para feminino).

Conclusão: Portanto, os dados apresentados desta pesquisa indicam existir diversas insuficiências por parte dos professores no que diz respeito aos aspectos teóricos e práticos da disciplina de Educação Física, sendo, a superação destes professores se realizar por via de formações contínua direcionada à Educação Física nessas escolas.

Palavras-chave: Formação inicial, Ensino Primário, Educação Física.

Referências:

- Mello, G. N. (2000). Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical. *Revista Brasileira de Educação*, 14(1), 5–18.
<https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100012>
- Bellochi R. P. (2014) A formação do professor e as exigências actuais. Curitiba.
- Diário da República (2020) Decreto Lei nº 32/20, de 12/08/2020. Diário da República, 1ª Série nº 123 do dia 12 de Agosto de 2020, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Luanda, Imprensa Nacional - UEE.

SOFRIMENTO LABORAL

Edgar Gonçalves José
E-mail: edgarmorista@hotmail.com

Introdução: O homem é visto no seu todo como um ser social em processo de produção, procurando integração numa organização, quando o sujeito é contratado a prior não se despe dos seus condicionalismos sociais e culturais. Sendo que, suas capacidades intelectuais continuam a ser desenvolvidas e integradas no processo produtivo, já que na criatividade de cada indivíduo se encontra o elemento-chave do sucesso das empresas. Entretanto, as pessoas podem desencadear perturbações comportamentais, merecendo atenção especial. Ainda que possam ver as pessoas como recursos, isto é, como portadoras de habilidades, capacidades e motivação para o trabalho, nunca se deve esquecer que as pessoas são pessoas, isto é, portadoras de características de personalidade, expectativas, objectivos pessoais, histórias particulares e quando frustrados podem desencadear perturbações comportamentais, manifestadas no sofrimento laboral.

Objectivos: teve como principal objectivo compreender o impacto das perturbações comportamentais no ambiente organizacional da Empresa TAAG Linhas Aéreas de Angola; analisar a influência das metas individuais e histórias particulares no desencadeamento de sofrimento laboral.

Materiais e métodos: A pesquisa utilizou uma abordagem predominantemente qualitativa, pelo uso do método de amostragem teórica. Foi aplicado aos participantes entrevistas semiestruturadas para avaliar os derivativos conscientes das perturbações comportamentais, cujos dados obtidos foram analisados pelo Software Nvivo 12 e submetidas à análise de conteúdo e análise fenomenológica interpretativa.

Resultados: confirmou-se que o não reconhecimento do trabalhador torna-se num dos grandes problemas desencadeadores de perturbações comportamentais. Perturbações essas, que levam o indivíduo a conflitos com figuras de autoridade. Especificam-se em falta de remorso, indiferença, falta de empatia, despreocupação relativamente ao seu desempenho e afecto superficial ou deficiente. **Conclusões:** O sofrimento do sujeito tem influência no histórico de vida, sendo que cada um enfrenta a vida baseado nas suas próprias experiências. Ficando claro que o sofrimento é algo intrínseco ao labor sem renúncia possível, por se tratar de um conflito do trabalhador contra as exigências e processo de trabalho. Por outro lado, quanto à gravidade poderá ser ligeira, moderada ou grave. Essas Perturbações do comportamento podem levar a problemas de adaptação ao trabalho, problemas jurídicos e lesões físicas decorrentes de acidentes ou lutas.

Palavras-chave: Trabalho; Sofrimento; Perturbação.

Referências:

- Chiavenato, I. (2004). Gerenciando com as pessoas: Transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda.
- Codo, W. (2006). Por uma Psicologia do Trabalho. São Paulo: Casa Psi Livraria.
- Dejours, C. (1987). A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez e Oboré.
- Fachada, M. O. (2012). Psicologia das Relações Interpessoais. Lisboa: Sílabo.

GRAVIDEZ ADOLESCENTE NÃO PLANEJADA: CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E PREVENÇÃO EM BRASIL, ANGOLA E PORTUGAL

Ana Cunha, Paulo Alves & Evelyn Celestino
E-mail: acbcunhalepids@gmail.com

Introdução: A cultura influencia a construção dos gêneros e de suas identidades, predizendo padrões de comportamento, como a gravidez precoce, que também são transmitidos intergeracionalmente. A vivência da gravidez e maternidade na adolescência integram, de forma muito intensa e particular, a relação entre género e cultura, também em países multiculturais.

Objectivos: Considerando a gravidez precoce como um problema de saúde pública mundial (WHO, 2023), o objetivo é comparar dados sobre gravidez precoce apresentados em relatórios internacionais sobre o tema.

Materiais e Métodos: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em documentos de entidades internacionais (OPAS, 2018; UNFPA, 2022; WHO, 2023) sobre prevalência da gravidez precoce, fatores causais, consequências e estratégias de prevenção, comparando Brasil, Angola e Portugal.

Resultados: As prevalências de gravidez precoce não planejada no Brasil, em Angola e Portugal são, respectivamente, de 14%, 38,4% e 2,1%, segundo dados dos anos de 2016 e 2020 (UNFPA, 2022; WHO, 2023). As causas e consequências são multifatoriais, destacando-se a cor de pele preta/parda, baixa classe socioeconômica e escolaridade, como fatores que contribuem para a gravidez precoce, sendo os dois últimos também desfechos da gravidez entre adolescentes nestes países. Determinantes sociais para saúde, tais como a violência de género, têm impacto sobre as jovens que engravidam precocemente. Engravidar pode representar uma solução para fugir de lares violentos. Crenças socioculturais de que o cuidado deve ser atribuído exclusivamente à população feminina também reforçam a noção de que a mãe adolescente e sua família devem ser as responsáveis principais pela educação e criação do filho, justificando a ausência paterna e reafirmando as desigualdades sociais entre os gêneros. Entre as estratégias psicoeducativas adotadas nos

três países observam-se as ações de educação sexual em escolas, que nem sempre minimizam ou previnem o problema.

Conclusão: A gravidez precoce, que é causa e consequência de desigualdades socioeconómicas associadas a fatores socioculturais, têm maior prevalência em países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento (WHO, 2023). Defende-se a importância de políticas públicas e ações eficazes para a prevenção da gravidez precoce, bem como para o apoio à maternidade adolescente, considerando os aspectos socioculturais singulares de cada país e voltando-se para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos dessa população. Mapear os fatores de risco e de proteção à gravidez precoce, e capacitar profissionais de saúde para o enfrentamento desse problema podem auxiliar no planejamento de estratégias para a devida atenção à Saúde Materno-infantil adolescente.

Palavras-chave: Gravidez precoce; Adolescência; Saúde materno-infantil.

Referências:

Pan American Health Organization. (2018). Plano de ação para a saúde da mulher, da criança e do adolescente 2018–2030 (CD56/8, Rev. 1). PAHO.
<https://iris.paho.org/handle/10665.2/59828>.

UNFPA Brasil – Fundo de População das Nações Unidas. (2022). Brasil: ainda apresenta dados elevados de gravidez e maternidade na adolescência.
<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-ainda-apresenta-dados-elevados-de-gravidez-e-maternidade-na-adolescencia>

World Health Organization. (2023). Adolescent pregnancy.
<https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-pregnancy>

A PSICOLOGIA EM CONTEXTO DESPORTIVO: CAMPOS DE ACTUAÇÃO E PERSPECTIVAS ACTUAIS

António Likeva Mendes
E-mail: likevam@gmail.com

Introdução: A Psicologia do Desporto é um domínio da ciência psicológica muito recente. Robert Schulte aparece associado ao primeiro laboratório de psicologia do desporto, em 1920, em Berlim. Após a 2^a Guerra Mundial, surgiram vários laboratórios de Psicologia do Desporto nos EUA e livros que acabam por concorrem para a afirmação deste domínio da psicologia, apoiando técnicos e atletas, tais como o clássico *Problem Athletes and How to Handle Them*, de Bruce Ogilvie e Thomas Tutko.

Objectivo: Este estudo de revisão bibliográfica da literatura procurou investigar a aplicação da psicologia no contexto desportivo e exercício físico, identificando o seu campo de actuação e perspectivas actuais.

Materiais e métodos: A opção metodológica foi de um estudo bibliográfico sistematizado do tipo qualitativo, de natureza descritiva, seguindo critérios previamente estabelecidos: o critério de inclusão foram publicações científicas (livros, artigos, teses de doutoramento e dissertações de mestrado) de 2000 a 2022. Foram identificadas 154 publicações e destas 33 cumpriam os critérios de inclusão.

Resultados: Nos 33 documentos analisados, 27 artigos (81,81%), cinco livros (15%) e uma dissertação (3%), com uma representatividade territorial o Brasil (81,81%), Portugal (9%), Moçambique (3%), Argentina (3%) e EUA (3%), a psicologia do desporto confirma-se como estudo científico das pessoas e dos seus comportamentos nas actividades desportivas e de exercício, vai além dos eventos competitivos. Enquanto disciplina científica, a psicologia do desporto surge do desenvolvimento académico oriundo das universidades relacionadas com as ciências do desporto, motricidade humana, ou educação física. Apontam-se globalmente três campos de atuação profissional no desenvolvimento das

www.forumglobalpsicologia.ipiagetbenguela.org

actividade em psicologia do desporto: ensino, pesquisa e intervenção. O último corresponde o papel de consultor, onde são destacadas actividades ligadas a psicodiagnósticos, programas psicológicos de treinamento mental, e medidas de aconselhamento e acompanhamento psicológicos.

Conclusões: Na psicologia no contexto desportivo e do exercício, os praticantes de actividades desportivas é um ser humano e só depois como atleta. No desporto de alta competição a intervenção do psicólogo do desporto é bastante vastas, ensino, pesquisa, intervenção ou consultoria, neste último a intervenção centra-se em actividades tais como: adesão ao exercício, violência no desporto, motivação, ativação, estresse, ansiedade, acompanhamento de lesões desportivas, etc. Um dos grandes desafios do psicólogo que actua nesta área, é questão do racismo, que é bastante presente. Embora seja uma ciência bastante emergente no campo profissional, a sua aceitação no seio dos desportistas é ainda tênue.

Palavras-chave: Psicologia do desporto; Exercício físico; Performance.

Referências:

- Röthlin, P., Horvath, S., Trösch, S., Holtforth, M. G., & Birrer, D. (2020). Differential and shared effects of psychological skills training and mindfulness training on performance-relevant psychological factors in sport: A randomized controlled trial. *BMC Psychology*, 8, Art. 80.
<https://doi.org/10.1186/s40359-020-00449-7>
- Serpa, S. (2017). *Psicologia do desporto*. In *Programa Nacional de Formação de Treinadores: Manual de Curso de Treinadores de Desporto – Grau III* (pp.). Lisboa: Instituto Português do Desporto e Juventude.
- Weinberg, R. & Gould, D. (2017). *Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício* (M. C. G. Monteiro & R. M. Garcez, Trad., 6^a ed.). Porto Alegre: Artmed.

PROTEÇÃO À INFÂNCIA E BEM-ESTAR: DADOS PARA A ABORDAGEM SISTÉMICA

Helena Espinho & Sónia Galinha
E-mail: sonia.galinha@ese.ipsantarem.pt

Introdução: De acordo com Sarmento et al. (2007, p.189) a redefinição da cidadania da infância é o efeito “conjulado da mudança paradigmática na conceção de infância, da construção de uma conceção jurídica renovada”. Tal redefinição constitui, por consequência, um espaço não isento de ambiguidades e em processo de construção. Exprime-se como “uma das mais prometedoras possibilidades de interpretação dos vínculos sociais das crianças” (Sarmento et al. 2007, p.189). “A forma como se processa a infância depende não só do contexto histórico, mas também do contexto sociocultural” (Tomás, 2002, p.170). Importa referir que marcado pela cultura grega clássica, o conceito de bem-estar engloba duas correntes de pensamento: o hedonismo e o eudaimonismo. Respetivamente a primeira corrente está associada à sensação de prazer e felicidade e à satisfação com a vida através de experiências emocionais positivas; a segunda centra-se no potencial do individuo, visto numa perspetiva de autorrealização. A corrente hedonista está associada ao bem-estar subjetivo e a eudemonista ao bem-estar psicológico (Ryff & Singer, 2008). Já Peterson e Seligman (2004) desenvolveram um sistema de classificação para os aspetos positivos, enfatizando as forças/caráter denominado Values in Action (VIA) - Classification of Strengths and Virtues. Nesse manual as forças foram divididas em características emocionais, cognitivas, relacionais e cívicas e em seis grupos de virtudes: sabedoria, coragem, humanidade, justiça, temperamento e transcendência. Relativamente às vinte e quatro forças de assinatura/ carácter da teoria

www.forumglobalpsicologia.ipiagetbenguela.org

de Peterson e Seligman (2004) na sua globalidade, estas são consideradas valiosas em quase todas as culturas; e são maleáveis, as forças/ carácter e as virtudes servem-nos em momentos melhores e piores, os momentos difíceis são uma oportunidade para a demonstração e descoberta de muitas forças interiores (Diener et al, 2003). Deste modo, a intervenção educativa deverá preconizar o desenvolvimento de ações para fomentar o sucesso educativo, assim como potenciar a educação não-formal e valorização das competências e qualidade de vida (Pais-Ribeiro, 2009). Assim, e contextualmente, os eixos de diagnóstico deverão cada vez mais assentar no trabalho sistémico preventivo (Bronfenbrenner & Morris, 1998), não exceção no domínio dos Direitos.

Metodologia: Partindo da premissa que os Direitos da Convenção dos Direitos da Criança (CDC) (Conselho da Europa, 2016; 2022; UNICEF, 2019) devem ser conhecidos pelas próprias e pelos mais diretos educadores (Kahhale & Bock, 2012), é objetivo deste artigo apresentar alguns dados parciais a partir de uma investigação no domínio. Deste modo, insere-se este artigo no âmbito de um estudo mais alargado que visou uma avaliação do conhecimento dos Direitos pelas próprias crianças e analisar essa importância para as equipas multidisciplinares. A aplicação do questionário “Convenção sobre os Direitos da Criança: Conhecimento e Cumprimento” de Carvalho et al. (2018) integrou a metodologia de investigação e veio na sequência do projeto da Universidade Portucalense Infante D. Henrique (UPT), com um grupo de investigação constituído das áreas do Direito, Educação, Psicologia e Estatística, no sentido de aferir o nível de conhecimento e cumprimento dos Direitos das crianças, enquanto destinatárias do elenco de Direitos previstos na CDC (através do questionário “Ser Criança com Direitos: Conhecimento e Cumprimento” adaptado de Souza (2012),

Inventário de Auto-relato sobre Direitos de Adolescentes: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil), grupo da UPT composto pelos seguintes elementos: Olívia de Carvalho (Coordenadora), André Pereira Matos, Carla Santos, Daniela Serra Castilhos, Dora Alves, Natércia Durão, Sérgio Tenreiro Tomás e Sónia de Carvalho. O questionário "Ser Criança com Direitos: Conhecimento e Cumprimento" é composto por 70 itens distribuídos por questões de identificação e posicionamento em Saúde, Alimentação, Serviços jurídicos, Lazer, Proteção contra a negligência e prevenção do uso de substâncias aditivas, Identidade e documentação, Livre associação e participação em organizações estudantis, Liberdade de opinião e expressão e participação em contexto escolar e familiar, Acesso a informação apropriada, Proteção contra a violência física, Proteção contra a violência sexual e autodeterminação sexual, Privacidade, Proteção contra à discriminação religiosa e racial. Os dados recolhidos neste questionário foram utilizados eticamente para fins de investigação, respeitando a confidencialidade. Todas as respostas foram anónimas. Foram validados dados amostrais N=230, idade=12-18, 48.7% género masculino, 50.4% feminino e 0.87% N/A. Quanto à distribuição geográfica de origem, observaram-se jovens de 16 países (Angola, Brasil, China, França Grécia, Guiné, Holanda, Índia, Inglaterra, Luxemburgo, Portugal, Roménia, Rússia, Senegal, Ucrânia e Venezuela), sendo o maior grupo de jovens portugueses, correspondente a 86.5% da amostra; sobre ensino-aprendizagem, 73.04% frequentava escolas públicas e 26.96% escolas privadas. 52.6% a viver com mais três ou quatro pessoas e 14.8% com mais duas pessoas, a viver com os pais, ou, na ausência destes, com familiares, garantindo-se o direito à convivência familiar.

Resultados: 91.3% indicou direito de acesso a cuidados de saúde; 76.09% com acesso aos serviços médicos de pediatria; 59.1%

odontológica e 73.48% de oftalmologia. Quanto à qualidade nutricional dos alimentos, 84.35% indicou uma alimentação com legumes e/ou fruta diariamente e 72.61% incluindo leite ou iogurte diariamente. Quando questionados sobre a forma como ultrapassaram momentos difíceis, 89.13% respondeu que, face a problemas, pediu ajuda a pessoas mais velhas, e estas os auxiliaram. No que concerne o direito à participação cidadã na escola e o direito de exprimir livremente a sua opinião e ter a consideração de colegas e professores, 70% afirmou esse direito. Sobre o acesso a uma informação e a materiais provenientes de fontes diversas, e encorajar os media a difundir informação que seja de interesse social e cultural para a criança, 72.6% mencionou acesso a biblioteca dentro da escola e 62.6% a livros à disposição, oferecidos pela família. 92.17% referiu que os próprios pais incentivaram à frequência da escola importante para o seu futuro. Em relação à percepção dos seus próprios direitos, 46.96% dos participantes afirmou já ter tido conhecimento da CDC através da sua escola. **Conclusão:** Os dados permitiram observar uma valorização da saúde na infância e, consequentemente, da criança e do jovem (Organização Mundial de Saúde, 2021; 2024) e ressaltar 89.13% dos inquiridos que face a problemas, pediram ajuda a pessoas mais velhas, e estas os auxiliaram. Este valor obtido veio no sentido também do artº 5º da CDC: "Orientação da criança e evolução das suas capacidades: O Estado deve respeitar os direitos e responsabilidades dos pais e da família alargada na orientação da criança de uma forma que corresponda ao desenvolvimento das suas capacidades". No que concerne ao direito à participação cidadã na escola e o direito de exprimir livremente a sua opinião (cf artº 12º e 13º da CDC) e ter a consideração de colegas e professores, cerca de 70% afirmaram esse direito. Segundo o artº 17º da CDC, o Estado deve garantir à

criança o acesso a uma informação e a materiais provenientes de fontes diversas, e encorajar os media a difundir informação que seja de interesse social e cultural para a criança: neste item, 72.6% indicou acesso a biblioteca dentro da escola e 62.6% livros à disposição, oferecidos pela família. 92.17% indicou que os pais evidenciavam a escola como importante para o futuro.

Por fim, referir que, perspetivamos que o bem-estar através do cumprimento dos Direitos em particular deverá ocupar um lugar de destaque, tanto pelos fatores positivos que acarreta, como pelo papel que assume especificamente na prevenção em especial nesta faixa etária (Galinha, 2021 a) b); Organização Mundial de Saúde, 2024). Corroboramos ainda com estudos de Casas e Saporiti (2005), Levitt et al. (2007), Goodman-Scott et al. (2016), Wallace (2019), Luthar et al. (2020) e School Life Mental Health (2023) que referem que continua a existir a necessidade de se desenvolverem trabalhos dentro do domínio da infância e adolescência. O cumprimento dos Direitos constitui-se um fator protetor para as sociedades e os indivíduos (Storch & Yang, 2024), no sentido dos ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (U.S. Department of Health and Human Services, Office of Disease Prevention and Health Promotion, 2022).

Tratando-se de um eixo profissional de prevenção e de formação pelas Equipas Multidisciplinares de Intervenção Comunitária (EMIC) no espaço escolar, com o objetivo de promover e desenvolver competências socioemocionais, inovação, cidadania, pensamento crítico e resiliência nos alunos, numa atuação um carácter preventivo no combate ao insucesso escolar, desenvolvendo a sua ação através de intervenções positivas e criativas, adequadas a cada contexto, através da dinamização de atividades previstas no PiiCie (Plano

www.forumglobalpsicologia.ipiagetbenguela.org

Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar) os dados permitem também sensibilizar para uma relação entre escola, pais, comunidade, CPCJ (Comissões de Proteção de Crianças e Jovens) e Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais (EMAT).

Referências:

- Bronfenbrenner, U. & Morris, P.A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon; R. M. Lerner (Orgs.). *Handbook of child psychology*, Vol. 1: Theoretical models of human development. New York: John Wiley (993-1028).
- Carvalho, S. de; Alves, D.; Durão, N.; Santos-Pereira, C.; Tomás, S.; Castilhos, D. S.; Nascimento, D.; Matos, A. & Carvalho, O. (2018). *Convenção sobre os direitos da criança: Conhecimento e cumprimento*. In M. P. Pando Ballesteros, P. Garrido Rodríguez, & A. Muñoz Ramírez (Eds.), *El cincuentenario de los pactos internacionales de derechos humanos de la ONU: Libro homenaje a la Profesora María Esther Martínez Quinteiro (1649-1660)*. Salamanca: Ediciones Universidad.
- Disponível em:
<http://hdl.handle.net/11328/2504>
- Casas, F. & Saporiti, A. (2005). *Tres miradas a los derechos de la infancia: Estudio comparativo entre Cataluña (España) y Molise (Italia)*. Madrid: Plataforma de Organizaciones de Infancia.
- Conselho da Europa (2016). *Compass Manual de Educação para os Direitos Humanos com jovens*. Lisboa: Matia Losego – Dínamo.
- Conselho da Europa (2022). *Strategy for the rights of the child (2022-2027): Children's Rights in Action: from continuous implementation to joint innovation - Building a Europe for and with children*. Strasbourg: CE.
- Coutinho, C. (2014). *Metodologias de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Coimbra: Edições Almedina.
- Diener, E.; Oishi, S. & Lucas, R. (2003).

Personality, culture, and subjective well-being: Emotional and cognitive evaluations of life. *Annual review of psychology*, 54(1), 403-425.
<https://doi.org/10.1146/annurev.psych.54.101601.145056>

Galinha, S. A. (Coord.) (2021a). *Bem-estar, Educação e Direitos da Criança*. Coleção CO3 Co-Construir Comunidades, vol. I. JOIA.

Galinha, S. A. (2021b). As competências socio-emocionais e a motivação – educação para a sustentabilidade. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 6, jun. (55747-55755). ISSN: 2525-8761. DOI: 10.34117/bjdv7n6-129,2021b, junho 1. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.15/3789>

Goodman-Scott, E., Betters-Bubon, J., & Donohue, P. (2016). Aligning comprehensive school counseling programs and positive behavioral interventions and supports to maximize school counselors' efforts. *Professional School Counseling*, 19, 57-67.

Kahhale, E. & Bock, A. M. B. (2012). Os direitos da infância sob a perspectiva das próprias crianças: um estudo em psicologia sócio-histórica. *Revista PsicoFAE- Pluralidades em Saúde Mental*, V.1, nº1.

Levitt, J. M., Saka, N., Romanelli, L. H., & Hoagwood, K. E. (2007). Early identification of mental health problems in schools: The status of instrumentation. *Journal of School Psychology*, 45 (2), 163-191.
<https://doi.org/10.1016/j.jsp.2006.11.005>

Luthar, S. S., Kumar, N. L. & Zillmer, N. (2020). High-achieving schools connote risks for adolescents: Problems documented, processes implicated, and directions for interventions. *American Psychologist*, 75 (7), 983-995.
<https://doi.org/10.1037/amp0000556>

Organização Mundial de Saúde (2021). *Comprehensive Mental Health Action Plan 2013-2030*. Disponível em <https://www.who.int/publications/i/item/www.forumglobalpsicologia.ipiagetbenguela.org>

9789240031029

Organização Mundial de Saúde (2024). *Mental health of adolescents*. Disponível em <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>

Pais-Ribeiro, J. (2009). A importância da qualidade de vida para a psicologia da saúde. In J. P. Cruz, S. N. Jesus & C. Nunes (Eds.), *Bem-estar e qualidade de vida: Contributos da psicologia da saúde*. Edição Textiverso.

Peterson, C., & Seligman, M. (2004). *Character strengths and virtues: A classification and handbook*. Washington, DC: American Psychological Association.

Ryff, C.D., & Singer, B.H. (2008). Know thyself and become what you are: A eudaimonic approach to psychological well-being. *Journal of Happiness Studies*, 9(1), 13-39.
<https://doi.org/10.1007/s10902-006-9019-0>

Sarmento, M., Fernandes, N. & Tomás, C. (2007). Políticas públicas e participação infantil. *Educação, Sociedade e Culturas*, 25, 183-206.

School Life Mental Health (2023). *NYC Department of Education*. Disponível em <https://www.schools.nyc.gov/school-life/health-and-wellness/mental-health>

Souza, A. P. L. (2012). *Inventário de auto-relato sobre direitos de adolescentes*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

Storch, E. A., & Yang, R. (2024). Welcoming 2024: supporting students' well-being. *Children's Health Care*, 53(2), 109-112.
<https://doi.org/10.1080/02739615.2024.2306085>

Tomás, C. (2002). Infância como um campo de estudo multi e interdisciplinar: Algumas reflexões. *Psicologia e Educação*, 1 (1/2), 131-146. Disponível em https://psicologiaeeducacao.ubi.pt/Ficheiros/ArquivoHistorico/VOL1/PE%20N1e2/PE%20N1e2_index_12_.pdf

UNICEF (2019). *Convenção sobre os direitos da criança e protocolos facultativos*. Lisboa. Comité português para a UNICEF.

U.S. Department of Health and Human Services, Office of Disease Prevention and Health Promotion (2022). *Healthy People 2030. Increase the proportion of children and adolescents who get preventive mental health care in school – EMC-D06*.

Disponível em

<https://health.gov/healthypeople/objectives-and-data/browse-objectives/children/increase-proportion-children-and-adolescents-who-get-preventive-mental-health-care-school-emc-d06>

Wallace, J. (2019). Students in high-achieving schools are now named an 'at-risk' group, study says. *The Washington Post*. Disponível em

<https://www.washingtonpost.com/lifestyle/2019/09/26/students-high-achieving-schools-are-now-named-an-at-risk-group/>

A FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR DO PSICÓLOGO EM CUBA

Evelyn Fernández-Castillo
E-mail: evelynfc1988@gmail.com

Introdução: A formação do profissional de psicologia em Cuba tem como finalidade a promoção, manutenção, restauração e otimização do bem-estar subjetivo. Favorece a sua inserção em programas de transformação a nível individual, grupal, institucional e macrosocial, bem como nas diferentes áreas de aplicação, actuando como agente de mudança. Essas exigências e a complexidade dos problemas profissionais a serem enfrentados geram a necessidade crescente de fortalecer o trabalho interdisciplinar.

Objetivo: Apresentar as particularidades da formação interdisciplinar dos psicólogos em Cuba, especificamente no curso de psicologia da Universidade Central "Marta Abreu" de Las

Villas, tanto ao nível da licenciatura como da pós-graduação.

Método: Assumiu-se uma perspetiva qualitativa e recorreu-se a uma revisão narrativa dos documentos orientadores da formação de psicólogos em Cuba, tanto ao nível da licenciatura como da pós-graduação (planos de estudos do curso de Psicologia, estratégia educativa, auto-avaliações de carreira e programas de mestrado e doutoramento).

Resultados: Os planos de estudos da licenciatura em psicologia, tanto a nível de graduação como de pós-graduação, estabelecem como prioridade a formação de profissionais para que possam participar ativamente na vida social do país. Em resposta às mudanças sociais geradas, o trabalho interdisciplinar passou a ocupar um lugar primordial nas actividades de formação, especialmente na Universidade Central "Marta Abreu" de Las Villas, pioneira na formação de psicólogos em Cuba.

Conclusão: Os resultados dos diferentes programas garantem a qualidade da formação para responder à complexidade das exigências a que estes profissionais devem responder depois de formados e sobre os desafios que a formação de psicólogos enfrenta atualmente, tanto em Cuba como a nível internacional.

Palavras-chave: Psicólogos; Cuba; Interdisciplinaridade.

Referências:

- Addine Fernández, F., & García Batista, G. A. (2022). *Formación interdisciplinaria a nivel doctoral en Cuba. ¿Proceso y resultado?* Revista Cubana de Educación Superior, 41(1), 1-15. Recuperado de <https://www.scielo.sld.cu>
- Illescas Prieto, S. A. (2017). *La formación de habilidades de investigación en la carrera Psicología* [Tesis doctoral, Universidad de Cienfuegos]. <https://www.ucf.edu.cu>
- Parra Herrera, Y., Campos Ramírez, L., & Pascual Sánchez, Y. R. (2018). *Un acercamiento a la formación del profesional de la Psicología en Cuba*. RevistaREFCalE.

VARIÁVEIS INDIVIDUAIS, CONTEXTUAIS E DESENVOLVIMENTO INFANTIL AOS 6 MESES

Eduarda Fontes, Laura Borges, Lorena Silva, Ana Cunha & Juliana Peres
E-mail: eduarda quintanilha.eq@gmail.com

Introdução: O desenvolvimento humano é um processo moldado por interações contínuas entre fatores individuais e contextuais. Segundo Sameroff (2009, 2010) e Bronfenbrenner (1986, 1994, 2005), o desenvolvimento humano resulta da interação entre fatores individuais e contextuais. Os primeiros meses de vida são uma fase de rápido desenvolvimento em múltiplas dimensões, como físico-motor, cognitivo, adaptativo, pessoal-social e comunicativo. Durante essa fase, a plasticidade cerebral torna as crianças mais suscetíveis a estímulos externos, cujas influências podem ter impactos duradouros (Papalia, Martorell, 2021).

O desenvolvimento humano é um processo contínuo de mudanças e estabilidade ao longo da vida, nas dimensões biológica, psicológica e social (Papalia, Martorell, 2021). Além disso, o desenvolvimento é plástico, o que permite mudanças e adaptações, e contextual, sendo moldado pelas circunstâncias históricas, culturais e socioeconômicas. Bronfenbrenner (1986, 1994, 2005) propôs uma abordagem ecológica para o desenvolvimento, considerando quatro sistemas ambientais interrelacionados: o microssistema (relações diretas da criança, como família e escola), o mesossistema (interações entre diferentes microssistemas), o exossistema (contextos que influenciam a criança indiretamente, como o ambiente de trabalho dos pais) e o macrossistema (influências culturais e políticas). Ele também enfatiza os processos proximais, ou seja, interações regulares e

intensas entre a criança e o ambiente, essenciais para o desenvolvimento. Sameroff (2009, 2010) com seu modelo transacional, sugere que o desenvolvimento resulta da interação contínua entre biologia e ambiente. Ele identifica quatro fatores principais: mudança pessoal, contexto, regulação e representação. Esses fatores interagem para moldar o desenvolvimento da criança, destacando o papel das influências ambientais e biológicas de maneira integrada. Ao longo do processo de desenvolvimento, podem ser destacados marcos desenvimentais, ou seja, habilidades específicas que as crianças tendem a adquirir em determinadas idades ou estágios do seu crescimento, como sentar, andar, falar, entre outros. Esses marcos são indicadores importantes do desenvolvimento físico, cognitivo e socioemocional, servindo como um guia para pais, educadores e profissionais de saúde acompanharem o desenvolvimento infantil. Atingir esses marcos depende da interação entre características individuais da criança (como temperamento e saúde) e o ambiente em que está inserida (Papalia & Martorell, 2021).

Com isso, crescer em um ambiente rico em estímulos, com interações positivas e suporte adequado garante mais chances da criança atingir os marcos desenvimentais de maneira adequada. Por outro lado, ambientes com falta de estímulos ou situações de caos familiar e de estresse, sobretudo tóxico, podem atrasar a aquisição dessas habilidades. Aos seis meses, os bebês geralmente apresentam progressos importantes no desenvolvimento motor, cognitivo e socioemocional, como sustentar a cabeça, sentar sem apoio, rolar e reconhecer rostos familiares. Esses marcos são influenciados por estímulos e interações positivas no ambiente familiar, enquanto condições adversas podem prejudicar esse progresso. No entanto, Papalia e Martorell (2021) enfatizam que o desenvolvimento infantil é altamente individualizado e variações

são comuns; por isso, é importante a avaliação e acompanhamento de bebês e crianças. Nesse contexto, a utilização de instrumentos de avaliação do desenvolvimento infantil, validados e confiáveis, é fundamental. O Battelle Developmental Inventory, 2^a edição (BDI-2), é um inventário padronizado amplamente utilizado para avaliar o desenvolvimento infantil desde o nascimento até os sete anos e 11 meses de idade (Newborg, 2005). Esse instrumento foi desenvolvido com base no conceito de marcos de desenvolvimento, que assume que o desenvolvimento infantil segue um processo sequencial no qual cada habilidade depende da aquisição prévia de uma competência específica (Albuquerque et al., 2022). Além de permitir o monitoramento a longo prazo da população infantil, o BDI-2 oferece orientações para o planejamento de intervenções e avaliação de sua eficácia. A adaptação do instrumento ao contexto brasileiro foi realizada por Albuquerque et.al (2022) e tornou-se especialmente relevante frente a necessidade de ferramentas de avaliação que atendam às especificidades culturais e sociais do país, o que permite a profissionais de saúde e educação identificarem indicadores de atrasos desenvolvimentais para o devido planejamento de intervenções eficazes.

Metodologia: Este estudo tem como objectivo analisar relações entre variáveis individuais, como sexo, raça, peso ao nascer, e contextuais, como a idade materna, indicadores de saúde mental materna, estado civil dos pais, e nível socioeconômico, com o desenvolvimento infantil aos seis meses de idade. A escolha pela abordagem quantitativa se justifica pela necessidade de coletar e analisar dados numéricos que possam indicar fatores associados ou influenciadores do desenvolvimento infantil, utilizando ferramentas e técnicas estatísticas. O delineamento do estudo é do tipo correlacional, com o objetivo de explorar as relações entre

variáveis de interesse, em um recorte transversal (Gazzaniga et al., 2017)

Para seleção dos participantes, utilizou-se método de amostragem por conveniência, de caráter não probabilístico. Foram selecionadas como participantes crianças que nasceram na Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ME/UFRJ), com 6 meses de idade no momento da participação. Incluíram-se crianças que foram avaliadas em todos os domínios e cujas mães responderam a uma escala de rastreio de indicadores de saúde mental. Bebés com deficiências ou com dados incompletos foram excluídos.

Os dados foram coletados na ME-UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Esta é uma unidade de atenção terciária, reconhecida por sua expertise em casos de alto risco. Este ambiente propicia uma integração entre a academia e a sociedade. Para coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- 1) Protocolo de Dados Gerais, elaborado para o estudo, para identificar fatores sociodemográficos para analisar possíveis correlações entre as variáveis propostas pela análise;
- 2) A Versão Brasileira do Teste de triagem do Battelle Developmental Inventory (BDIS-BR) (Albuquerque et al., 2022), para identificar riscos de atraso no desenvolvimento infantil em cinco domínios: adaptativo, motor, pessoal-social, comunicativo e cognitivo, gerando escores individuais para cada um deles. A soma desses escores resulta no Quociente de Desenvolvimento Total (QD). O desempenho é medido em três níveis: 0 para inabilidade, 1 para habilidade emergente e 2 para habilidade consolidada (Newborg, 2020). O ponto de partida é determinado pela idade da criança e é registado no formulário para cada subdomínio. O nível basal é atingido quando a criança obtém dois pontos em três itens consecutivos; caso contrário, o teste começa no primeiro item do domínio. O nível de teto é alcançado quando a criança obtém uma pontuação de zero em três

itens consecutivos ou ao atingir o item mais desafiador do domínio. Ao final, o método resulta em uma pontuação total e em pontuações individuais para cada área (Newborg, 2005).

3) A Versão Brasileira da *Depression, Anxiety, and Stress Scale* (DASS-21) (Vignola, Tucci, 2014) foi utilizada para identificar sinais de depressão, ansiedade e estresse nas mães. A escala contém 21 itens distribuídos em três subescalas, pontuados em uma escala Likert de 0 a 3. Adotou-se como ponto de corte ≥ 14 para depressão, ≥ 10 para ansiedade e ≥ 19 para estresse, correspondendo aos níveis moderados dos transtornos segundo a DASS-21. A versão padronizada e validada para a população brasileira apresentou índices de Cronbach de 0,92 para depressão, 0,90 para estresse e 0,86 para ansiedade, indicando boa consistência interna para cada subescala.

Os dados foram coletados pela equipe de alunos assistentes de pesquisa do Laboratório de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Desenvolvimento e Saúde (LEPIDS). A análise descritiva dos dados sociodemográficos dos participantes foi realizada e representada em termos de frequências (absolutas/relativas), médias e desvios padrão (DP). Para avaliar o efeito das variáveis explicativas sobre o desenvolvimento infantil foram utilizados modelos lineares generalizados (MLG) com distribuição gama e função de ligação identidade. A análise da associação entre as variáveis foi realizada através do coeficiente de regressão e seu p-valor associado, considerando-se um nível de significativa de 5%. O software R versão 4.0.2 (R CORE TEAM, 2020) foi utilizado para todas as análises.

Conforme a resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (2016), foram adotados princípios éticos exigidos para pesquisas com seres humanos no Brasil. As participantes consentiram com sua participação e manifestaram a anuência para a participação de seus filhos. Após os devidos esclarecimentos e

adesão à pesquisa, o Protocolo de Dados Gerais foi aplicado no formato de entrevista presencial. Posteriormente, o teste BDIS-BR foi aplicado na criança em situação estruturada, observação direta e/ou entrevista às mães, conforme BDSI. Em sequência, a escala DASS-21 foi respondida pelas participantes em formato de entrevista individual.

Resultados: A amostra consistiu em 194 bebês, 57,2% meninas. O peso médio ao nascer foi de 3171,61 gramas, com um desvio padrão (DP) de 651,44 gramas. Segundo autodeclaração dos pais, 49,5% dos bebês foram classificados como brancos, 41,8% como pardos e 8,2% como pretos. Esses dados indicam uma amostra heterogênea em termos de sexo e raça, de peso médio adequado. A maioria dos pais (85,6%) eram casados ou moravam juntos. Em termos de classificação econômica, 35,1% das famílias pertenciam à classe C2 (Estimativa de Renda Média Domiciliar de R\$ 1.805,91), 29,4% à classe DE (RMD de R\$ 813,56), e 24,2% à classe C1 (RMD de R\$ 3.042,47), conforme o Critério de Classificação Econômica Brasil (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2019). A idade média das mães foi de 30,75 anos (DP = 6,88 anos). As pontuações médias das mães na DASS-21 foram de 9,41 para a subescala de depressão, 12,55 para estresse, e 6,21 para ansiedade. A maioria das mães, por tanto, está em uma relação conjugal e é da classe C2 e DE. As médias de sintomas de depressão, estresse e ansiedade da amostra estão na faixa normal.

Os dados confirmados ilustram a relação estatística entre cada variável e o desempenho do bebê no BDIS-BR. Observou-se que a variável peso ao nascer (**0,003**) e ansiedade (**0,034**) se relacionam significativamente com o Domínio cognitivo. Da mesma forma, os níveis socioeconômicos C2 (**0,059**) e DE (**0,023**), dentro do Critério de Classificação Econômica Brasil, e o peso ao nascer (**0,001**) se relacionam significativamente com o Quociente de Desenvolvimento (QD) geral. As demais variáveis não apresentaram relação

estatisticamente significativa com o desempenho do bebê no BDIS-BR.

Este estudo destacou a influência de variáveis individuais e contextuais no desenvolvimento infantil aos seis meses. Um dos principais achados foi a associação significativa entre baixo peso ao nascer (BPN) e desenvolvimento cognitivo, corroborando estudos anteriores. Segundo Scharf et al (2016) o BPN está associado a atrasos significativos no desenvolvimento cognitivo e comportamental durante a infância, apresentando dificuldades na escola, problemas de atenção e taxas mais elevadas de transtornos comportamentais em comparação com seus pares nascidos com peso adequado. Essas dificuldades podem ser relacionadas ao impacto do BPN no desenvolvimento cerebral durante o período perinatal, que é uma fase crítica para o crescimento e a maturação neurológica.

A longo prazo, bebês com BPN podem apresentar complicações não apenas no desenvolvimento cognitivo, com repercussões para o desempenho acadêmico, mas também são mais suscetíveis a apresentar menores níveis de QI e maior vulnerabilidade a transtornos psiquiátricos (Goisis et al., 2016). Investigações sobre o desenvolvimento infantil antes da idade escolar, até 36 meses, indicam que o BPN está negativamente associado ao QD em todos os domínios neurológicos, aumentando o risco de atrasos na motricidade grossa e fina, e na adaptabilidade (Zhang et al., 2020). Além disso, condições socioeconômicas e ambientais adversas podem agravar os impactos negativos do BPN no desenvolvimento infantil, especialmente no desenvolvimento cognitivo e da linguagem, podendo representar riscos para atrasos em comparação com crianças nascidas em famílias com nível socioeconômico (NSE) elevado (Hines et al., 2020). Nossos achados corroboram estes estudos, uma vez que foi encontrada uma relação direta entre o BPN e o domínio cognitivo das crianças aos 6 meses de

idade conforme identificado pelo BDIS-BR ($p\text{-valor}=0,003$). A ausência de relações estatisticamente significativas com os domínios de motricidade fina, motricidade grossa e adaptabilidade pode ser explicada pela faixa etária dos bebês, que aos seis meses estão iniciando um momento de maior desenvolvimento destas habilidades. Nesse período, é comum que comecem a sentar, manipular objetos, explorar o ambiente e interagir mais intensamente.

Diversas investigações apontam que o baixo nível socioeconómico afeta o desenvolvimento cerebral infantil, especialmente nas áreas de linguagem, funções executivas e memória, com impacto detectável logo após o nascimento. A revisão sistemática de Olson et al (2021) que dimensões como linguagem, funções executivas e memória podem apresentar desvantagens em crianças em contextos socioeconômicos mais baixos. Outra revisão sistemática, por Levesque et al (2021), demonstrou que o aumento da renda familiar está relacionado a melhorias no desenvolvimento cognitivo e na saúde física, enquanto a queda do status socioeconômico está associada à sua deterioração. No contexto brasileiro, o Núcleo Ciência pela Infância (2022) indica que crianças nascidas em famílias com baixo poder socioeconômico podem enfrentar problemas como doenças preveníveis, desnutrição, estresse, abuso familiar, dentre outros. Esses fatores podem resultar em problemas na aprendizagem, no desenvolvimento cognitivo, emocional e linguístico das crianças.

Em concordância com a literatura, nossos achados demonstraram existir relação estatisticamente significativa entre o QD obtido pelo BDIS-BR e o NSE C2 e DE das famílias.

Numa perspectiva interseccional (Collins, Bilge, 2021), é possível realizar uma análise concreta da realidade entendendo a articulação entre os marcadores sociais de raça, classe e gênero, os quais, historicamente, apresentam

disparidades no mundo afetando as experiências sociais de toda infância. É consenso que raça e etnia são marcadores que dificultam o acesso aos mais diferentes dispositivos de saúde, educação, segurança e assistência social, que garantam cidadania e dignidade. O aprofundamento das desigualdades sociais, das disparidades na escolaridade e acesso à educação, saúde, saneamento básico e água se relacionam com os marcadores de raça, refletindo uma maior marginalização e negação de direitos para grupos racializados (Henry et al., 2019).

Apesar disso, possivelmente pelas limitações amostrais e recorte local, não foi possível neste estudo confirmar tal relação, já comprovada pela literatura. Nossos achados não indicaram associações significativas entre essas variáveis e o desempenho no BDIS-BR aos seis meses de idade. Entende-se que influência dessas variáveis pode se manifestar de forma mais evidente em idades mais avançadas ou em outros contextos culturais e socioeconômicos, onde o acesso à saúde e outras políticas públicas é mais desigual.

Por fim, confirma-se também haver uma associação significativa entre saúde mental materna, especificamente ansiedade, e o desenvolvimento cognitivo de bebês aos seis meses de idade. Esse achado está alinhado com um corpo crescente de literatura que aponta para o impacto dos transtornos de saúde mental materna sobre o neurodesenvolvimento infantil, afetando não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também as áreas motoras e socioemocionais (Burger et al., 2020). Mães com níveis elevados de ansiedade podem apresentar dificuldades em estabelecer interações de qualidade, comprometendo o ambiente emocional e a estimulação cognitiva oferecida ao bebê. O estresse e a preocupação excessiva podem afetar a capacidade materna de responder de forma sensível aos sinais do bebê, resultando em uma menor qualidade das interações, fator essencial para o

desenvolvimento cognitivo (Delagneau et al., 2022; Tol et al., 2020). Dessa forma, nosso resultado reforça o papel das interações mãe-bebê como um fator crucial para o desenvolvimento cognitivo nos primeiros meses de vida.

Conclusão: Esta investigação explorou as relações entre variáveis individuais e contextuais e o desenvolvimento infantil aos seis meses de idade, destacando a importância de uma abordagem sistêmica para se compreender as complexas interações que moldam o desenvolvimento na primeiríssima infância, período definido como os primeiros 2 mil dias de vida da criança que vai desde um mês antes da gestação até 3 anos de idade. As teorias de autores como Bronfenbrenner e Sameroff forneceram uma base teórica robusta para este estudo, evidenciando que o desenvolvimento infantil é um processo dinâmico, influenciado por múltiplos níveis e fatores que interagem de maneira contínua e interdependente.

Nossos achados reforçam a necessidade de considerar características individuais contextuais na avaliação do desenvolvimento infantil. Bebês com BPN apresentaram atrasos cognitivos, o que reforça a importância de acompanhamento precoce em situações de risco ao desenvolvimento físico. Além disso, os altos níveis de ansiedade materna mostraram-se associados a pior desempenho cognitivo, destacando a necessidade de intervenções que promovam a saúde mental das mães durante o período perinatal. O NSE mais baixo também foi relacionado a um maior risco no desenvolvimento infantil. Assim, sublinha-se a relevância de intervenções precoces que levem em conta a complexidade dessas interações.

Políticas públicas e programas governamentais, que ofereçam suporte às famílias em situações de vulnerabilidade, promovam a saúde mental materna e garantam um ambiente estimulante para as crianças, são essenciais para mitigar os impactos negativos

de fatores de risco ao desenvolvimento. Com isso, espera-se que os achados deste estudo possam contribuir para ampliar a compreensão sobre as trajetórias de desenvolvimento na primeiríssima infância, fornecendo evidências empíricas que podem orientar futuras pesquisas. Adicionalmente, são encorajadas, políticas que considerem tanto os aspectos individuais quanto contextuais do desenvolvimento infantil, reforçando a necessidade de um olhar integrado para promover o bem-estar de crianças e famílias desde os primeiros meses de vida.

Futuras pesquisas devem considerar o uso de amostras maiores e mais diversificadas, além de investigar o desenvolvimento infantil em diferentes faixas etárias. Pesquisas longitudinais poderiam proporcionar uma visão mais abrangente das trajetórias desenvolvimentais de crianças de grupos vulneráveis, permitindo a análise de como variáveis individuais e contextuais interagem ao longo do tempo para influenciar o desenvolvimento infantil. Além disso, explorar fatores de proteção, como suporte familiar e comunitário, poderia fornecer insights valiosos para intervenções que busquem prevenir os impactos negativos de fatores adversos, como o BPN e transtornos mentais maternos.

Referências:

Albuquerque, K. A., Cunha, A. C. B., & Berkovits, M. D. (2022). Cross-cultural adaptation of the Battelle Development Inventory, 2nd Edition for Brazil. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 39, e190170.
<https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e190170>

Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2019). *Critério de classificação econômica Brasil*.

<https://www.abep.org/criterio-brasil>

Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6), 723-742.

www.forumglobalpsicologia.ipiagetbenguela.org

Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In T. Husén & T. N. Postlethwaite (Eds.), *International encyclopedia of education* (2nd ed., Vol. 3, pp. 1643-1647). Elsevier.

Bronfenbrenner, U. (2005). On the nature of bioecological theory and research. In U. Bronfenbrenner (Ed.), *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development* (pp. 3-15). Sage.

Burger, M., Hoosain, M., Einspieler, C., Unger, M., & Niehaus, D. (2020). Maternal perinatal mental health and infant and toddler neurodevelopment: Evidence from low- and middle-income countries. *Journal of Affective Disorders*, 268, 158-172.
<https://doi.org/10.1016/j.jad.2020.03.023>

Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.

Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*.
<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude>

Delagneau, G., Twilhaar, E., Testa, R., van den Heuvel, M., & Anderson, P. J. (2022).

Association between prenatal maternal anxiety and/or stress and offspring cognitive functioning: A meta-analysis. *Child Development*.
<https://doi.org/10.1111/cdev.13885>

Gazzaniga, M. S., Heatherton, T. F., & Halpern, D. F. (2017). *Psicologia científica: Mente, cérebro e comportamento* (5ª ed.). Artmed.

Goisis, A., Özcan, B., & Myrskylä, M. (2017). Decline in the negative association between low birth weight and cognitive ability.

Proceedings of the National Academy of Sciences, 114(1), 84-88.
<https://doi.org/10.1073/pnas.1605544114>

Henry, D. A., Votruba-Drzal, E., & Miller, P. (2019). Child development at the intersection of race and SES: An overview. *Advances in Child Development and Behavior*, 57, 1-25.
<https://doi.org/10.1016/bs.acdb.2019.05.002>

- Hines, C. T., Padilla, C. M., & Ryan, R. M. (2020). The effect of birth weight on child development prior to school entry. *Child Development*, 91(3), 724–732.
<https://doi.org/10.1111/cdev.13355>
- Levesque, A. R., MacDonald, S., Berg, S. A., & Reka, R. (2021). Assessing the impact of changes in household socioeconomic status on the health of children and adolescents: A systematic review. *Adolescent Research Review*, 6(2), 91–123.
<https://doi.org/10.1007/s40894-021-00151-8>
- Newborg, J. (2005). *Battelle Developmental Inventory* (2nd ed.). Riverside Publishing.
- Newborg, J. (2020). *Battelle Developmental Inventory* (3rd ed.). Riverside Assessments.
- Núcleo Ciência pela Infância. (2022). *Impactos da desigualdade na primeira infância*.
<https://ncpi.org.br/publicacoes/wp9-desigualdades/>
- Olson, L., Chen, B., & Fishman, I. (2021). Neural correlates of socioeconomic status in early childhood: A systematic review. *Child Neuropsychology*, 27(3), 390–423.
<https://doi.org/10.1080/09297049.2021.1879766>
- Papalia, D. E., & Martorell, G. (2021). *Desenvolvimento humano* (14^a ed.). McGraw-Hill.
- R Core Team. (2020). *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing.
<https://www.R-project.org/>
- Sameroff, A. J. (2009). *The transactional model of development: How children and contexts shape each other*. American Psychological Association.
- Sameroff, A. J. (2010). A unified theory of development: A dialectical integration of nature and nurture. *Child Development*, 81(1), 6–22.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2009.01378.x>
- Scharf, R. J., Stroustrup, A., Conaway, M. R., & DeBoer, M. D. (2016). Growth and development in children born very low birthweight. *Archives of Disease in Childhood – Fetal and Neonatal Edition*, 101(5), F433–F438.
<https://doi.org/10.1136/archdischild-2015-309427>
- Tol, W., Greene, M. C., Lasater, M. E., Bizouerne, C., Purgato, M., & Barbui, C. (2020). Impact of maternal mental health interventions on child-related outcomes in low- and middle-income countries: A systematic review and meta-analysis. *Epidemiology and Psychiatric Sciences*, 29, e174.
<https://doi.org/10.1017/S2045796020000864>
- Vignola, R. C. B., & Tucci, A. M. (2014). Adaptation and validation of the Depression, Anxiety and Stress Scale (DASS-21) for Brazilian Portuguese. *Journal of Affective Disorders*, 155, 104–109.
<https://doi.org/10.1016/j.jad.2013.10.031>
- Zhang, M., Gazimbi, M. M., Chen, Z., Zhang, B., Chen, Y., Yu, Y., & Tang, J. (2020). Association between birth weight and neurodevelopment at age 1–6 months: Results from the Wuhan Healthy Baby Cohort. *BMJ Open*, 10(1), e031916.
<https://doi.org/10.1136/bmjopen-2019-031916>



**Universidade
Jean Piaget de Angola**